

O Congresso não vota

Tarcísio Holanda

A partir da próxima semana, o presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, promete colocar Ordem do Dia de segunda a sexta-feira, obrigando os deputados a exercer o dever mais nobre, que é o de votar. O esforço anunciado pelo presidente da Câmara é o único meio de evitar que este primeiro semestre legislativo entre por julho a dentro, consumindo parte ou todo o recesso previsto para o próximo mês.

O novo Congresso dissipou as esperanças de que seria diferente do anterior. As votações têm sido bem mais difíceis na nova legislatura. Primeiro, criou-se o hábito de permanecer em Brasília só às terças, quartas e quintas-feiras. Depois, o trabalho ficou limitado, na verdade, às quartas-feiras, quando muito. Mesmo o trabalho nas comissões técnicas tem apresentado baixo rendimento, como é notório.

Entre outras coisas, porque ocorreu no Congresso uma febre por comissões parlamentares de inquérito e comissões especiais. Criaram-se mais de 60, prejudicando o trabalho das comissões permanentes e, por via de consequência, o processo legislativo. Não há tantos parlamentares dispostos a se submeterem a uma carga de trabalho tão intensa que garanta o funcionamento normal dessas CPIs e comissões especiais.

Algumas vezes, ocorreram cenas constrangedoras — apenas o relator e o depoente presentes, além dos jornalistas habitualmente destacados para tais coberturas. Apesar de obrigarem as duas Casas do Congresso a lhes garantir complexa infra-estrutura de acomodações, os parlamentares, em sua maioria, não se dispõem a residir em Brasília. A capital da

República consolidou-se, oferece todo o conforto de uma metrópole, mas ainda não foi capaz de atrair os parlamentares para exercer o mandato de maneira integral. Hoje, o trabalho efetivo limitou-se às quartas-feiras, o que é realmente lamentável.

O ministro-chefe da Secretaria do Governo, Jorge Bornhausen, já deixou claro que, se até o final deste mês o Congresso não votar importantes proposições que estão ali tramitando, há tempos, o Presidente da República baixará medidas provisórias. As MPs seriam utilizadas para pôr em vigor as normas de concessão de serviços públicos, a modernização do sistema portuário e a lei de proteção à propriedade industrial, objeto de grande pressão do governo dos Estados Unidos.

Essa é uma hipótese que deixará muito mal os congressistas perante a opinião pública, já decepcionada com o Parlamento e as instituições políticas, de um modo geral. O presidente da Câmara dos Deputados, legitimamente preocupado com a imagem da instituição, decidiu cobrar a semana toda de trabalho, acabando com a "gazeta" que consome a maior parte dos dias do mês.

Políticos experientes acreditam que o baixo nível de rendimento do Congresso e o desinteresse da maioria podem ser creditados ao sistema de votação proporcional. Não existe um compromisso dos parlamentares com determinado contingente eleitoral, já que são votados no universo de todo o estado. Só a introdução do voto distrital acabaria com a atual irresponsabilidade, obrigando todos a redobrar a atenção para não perder o bonde da história.

Porém, mesmo com o sistema de voto proporcional, bem que nossos parlamentares podiam consagrar-se um pouco mais às suas responsabilidades...